



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 23084.012620/2014-18

A empresa interessada na participação da Concorrência Nacional nº 04/2014, referente a prestação do Serviço de Emissão de Laudos dos prédios da UFRA, ao retirar, através de *download pelo site* **www.comprasgovernamentais.gov.br** ou **www.portal.ufra.edu.br/index.php/licitacoes/cel**, cópia deste edital, deverá preencher as informações neste formulário, e remetê-lo a UFRA via o e-mail: cel@ufra.edu.br, caso contrário a Comissão exime-se da obrigação de **comunicar diretamente** ao interessado possíveis alterações no Edital, bem como de esclarecimentos posteriores.

TERMO DE RETIRADA DO EDITAL – CONCORRÊNCIA Nº ____/2014

Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ da Empresa: _____

Responsável pela Empresa: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

E-mail: _____

_____, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Responsável
Carimbo da Empresa

EDITAL DA CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 04/2014

A **Comissão Permanente de Licitação**, doravante tratada apenas por CPL, da **Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA**, designada pela Portaria n.º 2173 de 06 de Outubro de 2014, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de Registro de Preços de conforme descrito neste Edital. O procedimento licitatório será regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores; pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014; pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007; pelo Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013; Decreto nº 8.250/2014; pela NBR 14653; pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 e alterações posteriores; pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelas demais exigências deste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação do Serviço de Emissão de Laudos de Avaliação de Imóveis, para a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), através de **REGISTRO DE PREÇOS**, de modo a atender às demandas desta IFES, nos termos e condições constantes no presente Edital e seus anexos.

1.2. O uso do Sistema de Registro de Preços para essa contratação está fundamentado no inciso II, do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, haja vista as características do serviço a ser contratado e a forma de execução parcelada, além de ser facultado a administração utilizar o quantitativo total licitado, desta forma o regime adotado demonstra-se o mais conveniente.

1.3. Este Edital observará, no que couber, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, conforme previsto no artigo 4º da IN/SLTI/MPOG 01/2010.

1.4. O valor contratado para elaboração de laudos incluirá todos os custos necessários para a realização do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, despesas com Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços. (conforme Anexo IV)

1.5. O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da respectiva Ata.

1.6. Integram este Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Projeto Básico

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III – Modelo de Planilha Orçamentária



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 23084.012620/2014-18

ANEXO IV – Declaração de formação de preços

ANEXO V – Declaração de elaboração individual da proposta

ANEXO VI – Modelo de Atestado de Vistoria Técnica

ANEXO VII - Declaração de Enquadramento como Micro-Empresa ou empresa de pequeno porte;

ANEXO VIII – Declaração de responsabilidade técnica

ANEXO IX - Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

ANEXO X – Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;

ANEXO XI – Minuta Ata de Registro de Preços;

ANEXO XII - Minuta do Contrato;

2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

2.1. A sessão pública desta Concorrência será aberta por comando do Presidente da CPL, no local, data e horário abaixo discriminados:

LOCAL: UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia - Auditório da sala dos Conselhos Superiores da Reitoria, no campus Belém/PA, Av. Perimetral, nº 2501, Terra Firme.

DATA: 28/11/2014

HORÁRIO: 09:30 hr (nove horas e trinta minutos – horário de Brasília)

2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, salvo comunicação da CPL, em sentido contrário.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Somente poderão participar desta licitação as empresas devidamente cadastradas e habilitadas parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou que atenderem a todas as condições exigidas para habilitação, conforme exigido no item 6 - Da habilitação do presente edital, cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, especifique atividade de prestação de serviços pertinente e compatível com o objeto desta **Concorrência Nacional**.

3.1.1 O cadastramento e a habilitação parcial da licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de que trata a Instrução Normativa MARE-GM nº 05, de 21 de julho de 1995, são válidos como parte dos requisitos mínimos de habilitação.

3.1.2 O cadastramento e a habilitação parcial no SICAF poderão ser realizados em qualquer unidade dos órgãos/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais – SIASG, localizados nas Unidades da Federação, até três dias antes da data prevista para recebimento e abertura dos envelopes.

3.1.3. Caso a licitante não possua o cadastramento e a habilitação parcial no SICAF poderá participar da licitação apresentando todos os documentos exigidos na forma do Item 6.2.1 deste edital.

3.1.4 Para as licitantes cadastradas no SICAF, no ato da abertura da sessão de licitação a comissão, por meio de servidor credenciado, consultará o SICAF, “on-line”, verificará a situação das licitantes quanto ao Cadastramento (Receita Federal, Dívida Ativa da União, FGTS, INSS) e habilitação parcial, e extrairá cópias das declarações de cada participante, devendo as mesmas ser assinadas pelos membros da CPL e pelos prepostos das licitantes presentes.

3.1.5 É assegurado ao licitante com algum documento vencido no SICAF, o direito de apresentá-lo atualizado na sessão pública, devendo ser entregue juntamente com os demais documentos de habilitação, dentro do envelope “DOCUMENTAÇÃO”, exceto se o próprio cadastrado estiver vencido, situação esta em que toda a documentação exigida deverá ser apresentada.

3.2 **Não** poderão participar da presente licitação, empresas:

3.2.1 declaradas inidôneas por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

3.2.2 suspensas de licitar ou contratar com a UFRA ou com governos federal, estadual, municipal e distrital, ou cujo(s) acionista(s) ou, sócios(s) ou, diretor(es) tenha(m) participado de outra empresa que, também, se tornou inadimplente junto à UFRA ou aos governos federal, estadual, municipal e distrital;

3.2.3 em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação;

3.2.4 com pedido de falência ou concordata emitido, ou já concordatárias ou em processo falimentar;

3.2.5 apresentem-se sob a forma de consórcio;

3.2.6 com mais de uma Proposta para o mesmo item objeto desta licitação;

3.2.7 que sejam estabelecidas no mesmo endereço de outro licitante já credenciado ou que se façam representar pela mesma pessoa física ou jurídica, ou direta e indiretamente pertencente ao mesmo grupo econômico.

4. DA VISTORIA TÉCNICA E DO CREDENCIAMENTO

Da vistoria Técnica

4.1. As licitantes interessadas na licitação deverão agendar uma visita “*in loco*” **por um profissional técnico da empresa (engenheiro civil ou arquiteto), devidamente credenciado**, que após realizar sua identificação (carteira CREA), inspecionará o local da execução do serviço



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 23084.012620/2014-18

no Campus Belém da UFRA, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta. Todos os custos associados a visita e inspeção serão de inteira responsabilidade da licitante.

4.2. As vistorias deverão ser marcadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas através do **telefone: 91 -3210-5159, e confirmação pelo e-mail: prefeitura@ufra.edu.br, com cópia para o e-mail: cel@ufra.edu.br.**

4.3. As visitas deverão ser realizadas até as 48 horas anteriores à data prevista para abertura do certame, fixada neste edital.

4.4. A vistoria deverá ser acompanhada por no mínimo um servidor da UFRA.

4.5. O interessado deverá trazer o Atestado de Vistoria Técnica preenchido (conforme modelo no anexo VI), juntamente com seu credenciamento, no momento da visita, para que o servidor da UFRA firme sua assinatura.

4.6. Não será exigida a realização de Vistoria Técnica às instalações dos Campi e Unidades Descentralizadas da UFRA, entretanto nada impede que os interessados a realizem, a fim de tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste edital.

Do credenciamento

4.7. O licitante deverá estar representado na sessão de abertura e nas demais relativas a esse processo licitatório por pessoa que detenha os poderes necessários para a prática de todos os atos inerentes à licitação e contratação.

4.8. O representante do licitante apresentará, fora dos invólucros, carteira de identidade ou outro documento de identificação pessoal com fé pública e um dos seguintes documentos:

4.8.1. **Procuradores:** instrumento de procuração público ou particular, com firma reconhecida, outorgando poderes para participar e para representar o licitante no procedimento, além de contrato social, ou estatuto, ou registro de firma individual, conforme o caso;

4.8.2. **Representantes contratuais, ou estatutários ou titulares de firma individual:** contrato social, ou estatuto, ou registro de firma individual, conforme o caso.

Obs: A assinatura do documento deverá, previamente à sua apresentação, ser reconhecida em cartório.

4.9. Os documentos deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou por cópias não-autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para conferência e autenticação pela Comissão Especial de Licitações;

4.10. Uma mesma pessoa não poderá representar mais de um licitante;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 23084.012620/2014-18

4.11. É obrigatória a presença do representante legal do licitante até o final da sessão. Entretanto, caso seja necessário ausentar-se antes do final da sessão, o representante deverá assinar termo de renúncia de interposição de recurso.

4.12. O documento de representação poderá ser apresentado à **CPL** no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes “**Documentação**” e “**Proposta**”, ou quando esta o exigir.

4.13. A não apresentação do documento legal de representação não inabilitará ou desclassificará o **licitante**, mas impedirá o seu representante de se manifestar em seu nome.

4.14. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar **declaração de enquadramento** no regime da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, para efeito de beneficiarem-se, na presente licitação, do tratamento diferenciado e favorecido disposto no referido diploma e no Decreto nº 6.204, de 5.9.2007, conforme modelo no **Anexo VII – Declaração de ME e EPP**.

5. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 No local, data e horário indicado no preâmbulo deste edital, os licitantes credenciados na forma do Item 4, apresentarão os envelopes de Documentação e das Propostas de Preços, em invólucros distintos e lacrados, contendo na sua parte externa, além do nome do licitante, os seguintes dizeres:

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

Envelope Nº 01 – Documentação.

Concorrência Nacional Nº 04/2014

(nome do licitante)

C.N.P.J./MF

Endereço Completo

Contatos (tel, e-mail)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

Envelope Nº 02 – Proposta de Preços

Concorrência Nacional Nº 04/2014

(nome do licitante)

C.N.P.J./MF

Endereço Completo

Contatos (tel, e-mail)

5.2 Caso os “Envelopes nº 1 – Documentação” e/ou os envelopes contendo as Propostas de não sejam abertos na mesma sessão, serão lacrados, rubricados por todos os membros da Comissão Especial de Licitações e pelos licitantes presentes e guardados até a realização de nova sessão, registrando-se em ata essa ocorrência, com indicação da quantidade de invólucros guardados, sendo comunicada formalmente a todos os licitantes a nova data.

6. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 1 (DOCUMENTAÇÃO)

6.1 Para habilitação nesta **Concorrência Nacional** objeto deste Edital, será exigida comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e declaração sobre trabalho de menores, conforme discriminado nesta seção.

6.2 A HABILITAÇÃO PRELIMINAR para participar desta **Concorrência Nacional** compreende os documentos abaixo relacionados.

6.2.1 O **licitante** que NÃO OPTAR por serem verificados no SICAF seu cadastro e habilitação parcial deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 01, os documentos relacionados a seguir:

6.2.2 Relativos à Habilitação Jurídica:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.1) os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2.3 Relativos à Regularidade Fiscal:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do **licitante**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

b.1) Em razão de o objeto do certame referir-se a prestação de serviços, deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes distrital/municipal.

c) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do **licitante**, ou outra equivalente, na forma da lei; e

c. 1) Faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a apresentação da certidão emitida pela Receita Federal do Brasil – RFB, com informações da situação do sujeito passivo quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’ do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de

substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e, a certidão conjunta, emitida pela RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com informações da situação do sujeito passivo quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados.

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

6.2.4 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2010), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou de outro indicador que o venha substituir.

a.1) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1.1) sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do **licitante**.

a.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do **licitante** ou em outro órgão equivalente; ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do **licitante**.

a.1.3) sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do **licitante**.

a.1.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 23084.012620/2014-18

b) a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão apresentar o valor mínimo igual a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

b.1) As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

b.1.1) Caso o memorial não seja apresentado, a **Comissão** reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

b.2) Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

c) certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.3 Os **licitantes** optantes pelo SICAF deverão apresentar habilitação válida no referido sistema ou os documentos que supram tal habilitação dentro do Envelope nº 01.

6.3.1 Todas os **licitantes**, inclusive os optantes pelo SICAF, deverão apresentar, dentro do Envelope nº 01, os seguintes documentos:

6.3.1.1 Declaração da licitante, se couber, de tratar-se de Microempresa ou Empresa de pequeno porte, que tem interesse no uso da prerrogativa, e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses descritas no § 4º do artigo 3º da LC 123/2006 (**seguir modelo do Anexo VII**).

6.3.1.2 Declaração do interessado, que imediatamente após a assinatura do contrato, fará a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao CREA da 1ª Região, na forma da Lei 6.496/77. A obra será iniciada somente após a entrega de uma via desta ART para os arquivos da UFRA.

6.3.1.3 Atestado de Vistoria Técnica, conforme modelo do anexo VI.

6.3.2 para atendimento à **qualificação técnico-profissional/operacional**:

6.3.2.1 prova de inscrição ou registro do **licitante e seu responsável técnico indicado**, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, que comprove atividade relacionada com o objeto;

6.3.2.2 apresentar um ou mais atestado(s), devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) que o **licitante e/ou seu responsável técnico indicado**, tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviço compatível em características, quantidade e prazos com os objetos desta licitação, ou superior que venha a concorrer.

6.3.3.1 A vinculação dos profissionais deverá ser demonstrada por meio da apresentação das respectivas carteiras de trabalho ou, no caso de não pertencerem ao quadro do licitante, pela apresentação de **declaração de indicação do responsável técnico** (conforme Anexo VIII) a serem agregados ao trabalho, dispondo-se à sua execução ao longo do período que vier a ser estabelecido no Contrato a ser firmado com a Universidade Federal Rural da Amazônia.

6.3.3.2 No caso de dois ou mais **licitantes** apresentarem indicação de um mesmo profissional responsável técnico, ambos serão inabilitados.

6.3.4.1 O(s) nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) deverá(ão) constar dos atestados de responsabilidade técnica e Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, apresentados para qualificação técnica do **licitante**.

6.3.5 certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6.3.6 comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor total da proposta;

6.3.7 comprovação de índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral com resultado igual ou superior a 1 (um);

6.4 Para as empresas que optarem pela verificação junto ao SICAF, a informação relativa a esses índices será obtida mediante consulta ao referido sistema.

6.5 Declaração, observadas as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes de fato impeditivo da habilitação (**seguir modelo do Anexo X**);

6.6. Declaração de responsabilidade técnica. (**seguir modelo do anexo VIII**)

6.7 declaração do **licitante** de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado

menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei n.º 9.854/99) (**seguir modelo do Anexo IX**).

6.8 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

6.9 Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

6.10 O representante legal que assinar, pela empresa licitante, os documentos de que trata o item 6 deverá estar credenciado para esse fim, comprovando seu credenciamento, caso a **CPL** exija tal comprovação.

6.11 Os documentos pertinentes e exigidos neste Edital, dentro do Envelope nº 01 deverão, preferencialmente, ser entregues em papel RECICLADO, numerados sequencialmente e na ordem indicada neste edital, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondentes.

6.12 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

6.12.1 em nome do **licitante**, e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo.

6.12.2 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz, mantendo esta a responsabilidade pela entrega dos documentos mencionados.

6.12.3 Os atestados de capacidade/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do **licitante**.

6.12.4 datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura do Envelope nº 01, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão/empresa competente expedidor(a).

6.12.5 Não se enquadram no prazo de que trata este subitem os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, que é o caso dos atestados de capacidade/responsabilidade técnica.

6.13 Os documentos exigidos nesta **Concorrência Nacional** poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por membro da **CPL**, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.14 Os documentos serão autenticados pela **CPL**, a partir do original, até o dia útil anterior à data marcada para o recebimento e abertura dos envelopes “**Documentação**” e “**Proposta**”.

6.15 Serão aceitas somente cópias legíveis.

6.16 Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

6.17 A **CPL** reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

6.18 Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido nesta **Concorrência Nacional**, será declarada como mais vantajosa para a Administração a oferta de **menor preço global**.

7. DO PROCEDIMENTO

7.1 O representante do **licitante**, devidamente credenciado na forma do Item 4, deverá entregar os envelopes “**Documentação**” e “**Proposta**”, impreterivelmente, até dia, horário e local fixados no preâmbulo deste Edital.

7.1.1 Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de **licitante retardatário**, exceto como ouvinte.

7.1.2 As pessoas que não comprovarem possuir poderes para representação legal dos **licitantes** somente poderão participar da sessão como ouvintes.

7.2 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes “**Documentação**” e “**Proposta(s)**”, não serão permitidas quaisquer retificações, ressalvado o disposto na condição 10.9.1

7.3 Na primeira sessão, os envelopes contendo os documentos relativos à habilitação serão abertos, na presença dos interessados, pela **CPL**, que fará a conferência e dará vista da documentação, a qual deverá ser rubricada por todos os representantes legais dos **licitantes** presentes.

7.4 Abertos os envelopes “**Documentação**”, a **CPL**, a seu juízo exclusivo, poderá apreciar os documentos de cada **licitante** e, na mesma reunião, divulgar o nome dos habilitados e dos inhabilitados, devendo ser devolvidos aos últimos os envelopes “**Proposta**”, devidamente fechados, desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação.

7.5 A regularidade do cadastramento e habilitação parcial do **licitante** que optar por prestar suas informações mediante o **SICAF** será confirmada por meio de consulta on-line, quando da abertura dos envelopes “**Documentação**”.

7.6 Realizada a consulta on-line, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada **licitante** (Anexo V da IN MARE n.º 05/95), as quais serão juntadas aos autos do processo licitatório após terem sido assinadas pelos membros da **Comissão** e por todos os representantes legais dos **licitantes** presentes.

7.8 Havendo irregularidade no cadastramento ou na habilitação parcial do **licitante** que for cadastrado no **SICAF**, será este inabilitado.

7.9 Os **licitantes** que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope “**Documentação**”, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido nesta **Concorrência Nacional**, ou, ainda, com irregularidades, serão inabilitados, não se admitindo complementação posterior.

7.10 Não sendo necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, a **Comissão** decidirá sobre a habilitação de cada **licitante**.

7.10.1 Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato pela **CPL** e conduzam à interrupção dos trabalhos, serão elas consignadas em ata e a conclusão da habilitação dar-se-á em sessão convocada previamente, ou mediante correio eletrônico e aviso no sítio da UFRA;

7.10.2 Ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, nova data e horário serão estabelecidos pela **CPL** para a abertura dos envelopes “**Proposta**”;

7.11 Os **licitantes** serão convocados, por meio de correio eletrônico e aviso no sítio da UFRA, a comparecer, ficando os envelopes “**Proposta**” sob a guarda da **CPL**, devidamente rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais dos **licitantes** presentes.

7.12 Após a abertura dos envelopes “**Documentação**”, os demais, contendo a “**Proposta**”, serão abertos:

7.12.1 se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todos os **licitantes** ao direito de interposição de recurso; ou

7.12.2 após transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou

7.12.3 após dado a conhecer o deferimento ou indeferimento de recurso interposto.

7.13 As aberturas dos envelopes “**Documentação**” e “**Proposta**” serão realizadas em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos membros da **CPL** e pelos representantes legais dos **licitantes** presentes.

7.13.1 Consideradas as ressalvas contidas neste edital, qualquer reclamação deverá ser feita no ato da reunião pelos representantes legais dos **licitantes** presentes.

7.14 A inabilitação do **licitante** importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

7.15 Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes “**Documentação**” e “**Proposta**” em um único momento, em face do exame da documentação e da conformidade das propostas apresentadas com os requisitos deste edital, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, ficarão em poder da **CPL** até a data e o horário marcados para prosseguimento dos trabalhos.

7.16 Todos os documentos e, igualmente, as propostas serão rubricados pelos membros da **CPL** e pelos representantes legais dos **licitantes** presentes à sessão.

7.17 Após a fase de habilitação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela **CPL**.

7.18 Ultrapassada a fase de habilitação dos **licitantes** e abertas as propostas, não caberá desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o resultado do julgamento.

7.19 É facultada à **CPL** ou à autoridade superior, em qualquer fase desta **Concorrência Nacional**, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas.

7.20 Os envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas ficarão à disposição destas pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados do encerramento da licitação - transcorrido o prazo regulamentar para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou, se for o caso, quando denegados os recursos interpostos, após o que serão destruídos pela **CPL**.

8. DO EXAME E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

8.1 O Envelope nº 1 - “Documentação” deverá conter os documentos relacionados no Item 6.

8.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (*art. 43, caput da Lei Complementar nº 123/2006*).

8.2.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, quando requerido pelo licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, exceto nos casos de urgência na contratação ou de prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados no processo (*art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4, §§ 1º e 3º do Decreto nº 6.204, de 05/09/2007*).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 23084.012620/2014-18

8.2.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 8.2.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, sendo facultado à Universidade Federal Rural da Amazônia convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação (*art. 43, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º, § 4º do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007*).

8.3 Os documentos exigidos para habilitação deverão ter todas as suas páginas numeradas e rubricadas pelo representante legal do licitante, e deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou por cópias não-autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para conferência e autenticação pela Comissão Especial de Licitações. Não serão admitidas cópias ilegíveis de documentos, que não proporcionem condições de análise pela Comissão.

8.4 Aberto o Envelope nº 1, os documentos serão rubricados pelos representantes dos licitantes presentes, bem como pelos membros da Comissão Especial de Licitações, podendo esta última, a seu exclusivo critério, decidir pelo exame e julgamento da documentação na mesma ou em outra sessão, cuja data será designada oportunamente, quando então os representantes dos licitantes terão vistas da documentação para exame.

8.5 Serão considerados inabilitados os licitantes que:

8.5.1 deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios;

8.5.2 não atenderem a quaisquer dos requisitos exigidos para a habilitação, na forma determinada no Item 6.

8.6 Serão restituídos aos licitantes que não lograrem habilitação, contra recibo, os Envelopes contendo as PROPOSTAS, fechados, tais como recebidos, desde que não tenha havido recurso ou, se interposto, tenha sido improvido.

8.7 Ressalvado o disposto no art. 43, § 6º da Lei nº 8.666/93, encerrada a fase de habilitação não cabe, por parte dos licitantes, o direito de desistência de suas propostas.

8.8 A intimação dos atos de habilitação e de inabilitação será feita mediante publicação na imprensa oficial, sítio da UFRA e correio eletrônico salvo se presentes todos os representantes legais dos licitantes, quando então será feita a comunicação direta do ato aos licitantes, consoante o art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93.

9. DOS RECURSOS DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 O recurso referente a esta fase poderá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente ao da intimação do ato, e terá efeito suspensivo. Deverá ser dirigido, por escrito, ao Presidente da CPL, a qual poderá, após cumprir o disposto no item 9.3, reconsiderar sua decisão.

9.2 Quando interposto, o recurso deverá ser protocolado, mediante contra-fé ou recibo, no Protocolo Geral da UFRA, situado no Prédio Administrativo da Reitoria, das 08:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 horas, e concomitantemente deverá ser encaminhado e-mail a cel@ufra.edu.br, para que esta comissão tome ciência imediata acerca da interposição.

9.3 O recurso interposto será comunicado aos demais licitantes através do sítio da UFRA e de correio eletrônico, os quais poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da comunicação efetuada pela UFRA, podendo qualquer licitante obter vista do processo.

9.4 Terminado o prazo estabelecido no item anterior a CPL poderá, reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.5 Mantida a decisão por parte da CPL deve fazê-lo subir a autoridade superior, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

9.6 Havendo desistência expressa de interposição de recursos, mediante assinatura, por todos os licitantes, do Termo de Desistência de Interposição de Recursos que será lavrado em ata, poderá ser dado prosseguimento aos trabalhos, com a abertura dos Envelopes das Propostas.

9.7 Caso algum dos licitantes deixe de assinar o Termo de Desistência de Interposição de Recursos, os trabalhos serão suspensos, abrindo-se o prazo para recurso, o qual deverá obedecer ao disposto neste edital.

10. DA PROPOSTA

10.1 A proposta de Preços apresentada no Envelope nº 02, conforme modelo constante do Anexo II, deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

10.1.1 planilha de orçamento, conforme modelo constante do Anexo III.

10.1.2. Declaração de formação de preço, conforme Anexo IV

10.1.3. Declaração de elaboração individual da proposta, conforme anexo V.

10.2 A não apresentação de qualquer das documentações mencionadas no item anterior acarretará a desclassificação do **licitante**.

10.3. A metodologia aplicada para o julgamento da melhor proposta para a Administração levará em consideração o valor unitário ofertado para o homem/hora trabalhado (HHT) e a previsão do quantitativo por localidade em que será efetuado o trabalho, baseado nas relações dos prédios que constam no Projeto básico, (anexo I), combinados da forma apresentada na tabela conforme anexo III, deste edital.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 23084.012620/2014-18

10.4 Em caso de suspeita de inexequibilidade nos valores unitários apresentados na proposta da licitante, o presidente da CPL promoverá diligência para que a licitante possa comprovar a exequibilidade do(s) serviço(s).

10.5 A proposta de preços deverá ser apresentada da seguinte forma:

10.5.1 de preferência, emitida por computador, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada;

10.5.2 fazer menção ao número desta **Concorrência Nacional** e conter a razão social do **licitante**, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax-símile e, se houver, correio eletrônico e o respectivo endereço com CEP, podendo fazer referência ao banco, à agência e respectivos códigos e ao n.º da conta corrente, para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;

10.5.3 conter quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pelo **licitante**.

10.6 Os **licitantes** deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os documentos fornecidos para execução dos serviços.

10.7. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá ao **licitante** formular imediata comunicação escrita à **CPL**, no prazo estabelecido no Item 16 deste edital, para fins de esclarecimento por parte da **Comissão**.

10.8 Em nenhuma hipótese, o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazo de garantia e preço dos serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela **CPL**.

10.8.1 Serão corrigidos automaticamente pela **CPL** quaisquer erros aritméticos, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro;

10.8.2 A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes **“Proposta”** e com poderes para esse fim, sendo desclassificado o **licitante** que não satisfizer tal exigência;

10.8.3 A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope n.º 01 – **“Documentação”**.

11. DOS PREÇOS

11.1 Nos preços cotados deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos

trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços, bem assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

11.2. A cotação apresentada e considerada para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade do **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

11.3. Só será aceita cotação em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismo arábico e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.

12. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1 Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da Lei n.º 8.666/93, as propostas que:

12.1.1 apresentarem valor global superior ao orçamento estimado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

12.1.2 não apresentarem qualquer das documentações citadas no **Item 10.1 e seus subitens**;

12.1.3 não atenderem às exigências contidas nesta **Concorrência Nacional**.

12.2 Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

12.2.1 média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

12.2.2 valor orçado pela Administração.

12.3 Dos **licitantes** classificados cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às subcondições 12.2.1 e 12.2.2, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de **garantia adicional**, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei n.º 8.666/93, igual à diferença entre o valor resultante da condição 12.2 e o valor da correspondente proposta.

12.4 Quando todos os **licitantes** forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a **CPL** poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação, pelos **licitantes**, de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas de inabilitação ou desclassificação.

13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido nesta **Concorrência Nacional**, será declarada como mais vantajosa para a Administração a oferta de **menor preço global**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 23084.012620/2014-18

13.1.1 Considera-se preço global o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços apresentada.

13.2 A **CPL** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Universidade Federal Rural da Amazônia ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

13.2.1 A **CPL** reserva-se o direito de solicitar dos **licitantes**, para efeito de análise e caso entenda necessário, a apresentação da relação da marca e do modelo dos materiais considerados na composição dos preços ofertados.

13.3 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta **Concorrência**, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas dos demais **licitantes**.

13.4 Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que esta **Concorrência Nacional** não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio **licitante**, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.5 À **CPL**, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem como em seus anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste edital.

13.6 As propostas que atenderem as exigências deste Edital serão classificadas em ordem crescente de valores. As que não atenderem aos requisitos serão desclassificadas.

14. DO DESEMPATE

14.1 No caso de empate previsto no art. 44 § I da LC 123/2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte **que tenha declarado em sua habilitação tratar-se de ME ou EPP que tem interesse no uso da prerrogativa**, e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses descritas no § 4 do artigo 3º da referida lei, após a divulgação da classificação das propostas, esta(s) será(ão) convocada(s) sucessivamente, se for o caso, para apresentação de sua(s) nova(s) proposta(s) e terão o prazo de 05 (dois) dias úteis para apresentação da mesma.

14.2 No caso de empate entre duas ou mais propostas, será efetuado sorteio em ato público, para o qual todos os **licitantes** serão convocados.

14.3 Serão declarada a classificação parcial das propostas, após a fase de desempate, se for o caso.

14.4 A intimação dos atos de classificação e desclassificação parcial será feita mediante publicação na imprensa oficial, sítio da UFRA e correio eletrônico salvo se presentes todos os

representantes legais dos licitantes, quando então será feita a comunicação direta do ato aos licitantes, consoante o art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93.

15. RECURSO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E CLASSIFICAÇÃO.

15.1 O recurso referente a esta fase poderá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente ao da intimação do ato, conforme estabelecido no item 14.4, e terá efeito suspensivo. Deverá ser dirigido, por escrito, ao Presidente da CPL, a qual poderá, após cumprir o disposto no item 14.3, reconsiderar sua decisão.

15.2 Quando interposto, o recurso deverá ser protocolado, mediante contra-fé ou recibo, no Protocolo da UFRA, situado no Prédio Administrativo da Reitoria, das 08:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 horas.

15.3 O recurso interposto será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da comunicação efetuada pela UFRA, podendo qualquer licitante obter vista do processo.

15.4 Terminado o prazo estabelecido no item anterior a CPL poderá, reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.5 Mantida a decisão por parte da CPL deve fazê-lo subir a autoridade superior, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

15.6 Após a fase recursal, a Comissão Especial de Licitações divulgará a classificação final dos licitantes, de acordo com a ordem crescente de preços contidos nos envelopes das Propostas de Preços para o item licitado e ao consequente julgamento final desta **Concorrência Nacional**.

16. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

16.1 A licitante que pretende obter **esclarecimentos** sobre o Edital e seus Anexos deverá solicitá-los por escrito, até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura dos envelopes de Habilitação e Proposta, **exclusivamente** por meio eletrônico via internet, no e-mail: cel@ufra.edu.br.

16.2 As **informações e/ou esclarecimentos** serão prestados pela Comissão através do portal da UFRA www.portal.ufra.edu.br/index.php/licitacoes/cel, e por e-mail, ficando todos os licitantes responsáveis a acessá-los para obtenção das informações prestadas.

16.3 Qualquer cidadão poderá **impugnar**, por alegada irregularidade, os termos do ato convocatório, protocolizando até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para realização da Sessão Pública da Concorrência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 23084.012620/2014-18

16.4 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cel@ufra.edu.br ou por petição protocolada no endereço Av. Perimetral, nº 2501, Bairro Terra firme, CEP: 66.077-830, Belém-PA, no Protocolo Geral no Prédio da Reitoria da UFRA.

16.4.1 Para maior agilidade na visualização e providência por esta Comissão no que se refere o item 5, o licitante, quando for o caso, ao realizar a petição deverá informar de imediato via telefone: 91-32105114, que efetuou o encaminhamento do pedido de impugnação.

16.5 Caberá a Comissão, auxiliada pela área técnica responsável desta IFES, decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

16.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.7 Acolhida à impugnação contra o ato convocatório será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 Em conformidade com o disposto no § 2º, do art. 7º, do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, a dotação orçamentária será indicada somente para fins de contratação, à época da emissão da Nota de Empenho.

17.2 O Valor Global de referência para o registro de preços é de: **R\$ 236.340,80** (duzentos e trinta e seis mil, trezentos e quarenta reais e oitenta centavos).

18. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

18.1 Caberá à Contratada, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades inseridas neste Edital e daquelas constantes do Projeto Básico (**Anexo I deste Edital**):

18.1.1 Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto desta licitação;

18.1.2 Manter, durante o período de vigência da ata de registro de preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.1.3 Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

18.1.4 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

18.1.5 Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da União em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não

se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;

18.1.6 Providenciar que seus contratados portem crachá de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;

18.1.7 Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do ajuste a ser firmado;

18.1.8 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

18.1.9 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

18.1.10 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

18.1.11 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste processo licitatório;

18.1.12 Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor.

18.1.13 Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outra empresa.

18.2 Caberá à UFRA, sem prejuízo das demais disposições inseridas neste Edital e daquelas constantes do Projeto Básico (Anexo I deste Edital):

18.2.1. Supervisionar a execução do objeto, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;

18.2.2. Permitir o acesso do pessoal da CONTRATADA ao local da execução do objeto descrito no Projeto Básico (**Anexo I deste Edital**);

18.2.3. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 23084.012620/2014-18

18.2.4. Impedir que terceiros executem o objeto deste Edital;

18.2.5. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente;

18.2.6. Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas.

19. DAS CONDIÇÕES DE RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO E DA ASSINATURA E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Findo o processo licitatório, a licitante vencedora será convocada a assinar a Ata de Registro de Preços e retirar a Nota de Empenho relativos ao objeto desta licitação.

19.2. O não comparecimento da licitante vencedora, dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após regularmente convocada para a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou retirada da Nota de Empenho, ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o sobre o valor total da proposta ou lance final ofertado, devidamente atualizado.

19.3. O prazo mencionado acima poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, conforme previsto no § 1º, do art. 64, w da Lei nº 8.666/1993.

19.4. **Previamente** à emissão da Nota de Empenho, caso a licitante vencedora não se encontre inscrita no SICAF, **será exigido o seu cadastramento**, sendo que as condições de habilitação consignadas neste Edital deverão ser mantidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços e da contratação, **em conformidade com as disposições do § 1º, c/c o § 2º, do art. 3º da IN SLTI nº 02/2010.**

19.5. **A não manutenção das condições de habilitação consignadas neste Edital, que será verificada por meio de novas consultas a todas as certidões a fim de obter as mais atualizadas, verificada à época da emissão da Nota de Empenho**, e/ou a não regularização da documentação, no caso de a licitante vencedora apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, no prazo previsto neste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei no 8.666/93, sendo facultado à Administração **retornar à sessão pública da licitação e convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação**, para a assinatura da Ata de Registro de Preços e retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

19.6. Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação acima referida ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços e/ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços e retirar a Nota de Empenho, sem prejuízo das demais cominações legais.

19.7. Até a emissão da Nota de Empenho, poderá ser desclassificada a proposta e/ou inabilitada a licitante vencedora, caso a UFRA venha a ter conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

19.8. Ocorrendo eventual desclassificação da proposta e/ou inabilitação da licitante vencedora, a UFRA poderá retornar à sessão pública da licitação e convocar as licitantes remanescentes, observados o disposto neste Edital e a ordem final de classificação das propostas.

19.9. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, bem como a Nota de Empenho poderá ser anulada, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, da Lei nº 8.666/1993, assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa.

19.10. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações.

19.11. Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, **o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não excederá, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado** para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

19.11.1. As adesões às atas somente poderão ser efetuadas com autorização do órgão gerenciador e, no caso, **após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata**. Após a autorização do órgão gerenciador, o "carona" deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **90 (noventa dias)**, observado o prazo de vigência da ata.

19.11.2. Para fins de autorização, **só serão aceitos pedidos de adesões às atas que não excedam**, por órgão ou entidade solicitante, **a 100% (cem por cento)** dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

19.12. A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas à UFRA para que esta delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção da contratação, sendo essencial para tanto que a nova empresa comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no Edital.

19.13. É expressamente **vedada a subcontratação** do objeto deste Edital, sob pena de anulação da contratação e da Ata de Registro de Preços.

20. DA FISCALIZAÇÃO

20.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto desta Licitação serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal) e um substituto, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 23084.012620/2014-18

20.2. Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

20.3. Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao objeto desta licitação, **sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE**, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

20.3.1. A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e **em nenhuma hipótese**, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

20.4. O objeto do presente Edital deverá estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela Universidade Federal Rural da Amazônia, sendo que a inobservância desta condição implicará a sua recusa, bem como a sua devida adequação e/ou substituição, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

20.5. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

21. DO PREÇO E DA REVISÃO

21.1. O objeto do presente Edital será executado pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora e constante da Ata de Registro de Preços, que será fixo e irrevogável, podendo, contudo, ser revisto, observadas as prescrições contidas nos arts. 17 a 19 do Decreto nº 7.892/2013.

21.2. Após transcorridos os primeiros 06 (seis) meses de vigência da Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE fará nova pesquisa de mercado, a fim de confirmar a manutenção ou não da vantajosidade do uso da Ata, e, se for o caso, convocará a CONTRATADA para negociar a redução de preços, em observância ao inciso XI, do art. 9º, c/c os arts. 17 e 18, todos do Decreto nº 7.892/2013.

21.3. Os preços ajustados já levam em conta **todas e quaisquer despesas incidentes na execução do objeto**, tais como, tributos, transporte, entre outros.

22. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 O pagamento será efetuado por OS, mediante depósito em conta-corrente, na agência do banco indicado pela CONTRATADA, em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados a partir da

data de aceite da Nota Fiscal/Fatura e, de acordo com as exigências administrativas em vigor, atestada pela Prefeitura do campus.

22.2. A liberação de cada pagamento estará condicionada à consulta prévia ao SICAF via *on line* com resultado favorável.

22.3. A fatura deverá indicar o nº da conta bancária, nº do banco e agência em que deverá ser efetuado o crédito.

22.4. Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96, Lei nº 9.718, de 27/11/98, e IN SRF/STN/SFC nº 23, de 02.03.2001, será retido na fonte, o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, a contribuição para o PIS/PASEP e o Imposto Sobre Serviços - ISS, sobre os pagamentos que efetuar ao contratado, se esta não apresentar cópia do Termo de Opção pelo Simples ou não enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 18 da referida IN. As alíquotas de retenção estão determinadas na IN SRF 539 de 25.04.2005.

22.5. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscal/Faturas, serão os mesmos restituídos ao contratado para as correções necessárias, não respondendo o contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

22.6. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado antes de paga ou compensada a multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02 e suas alterações posteriores).

22.7. No caso de eventual atraso de pagamento, e mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100)^{N/30} - 1] \times VP, \text{ onde:}$$

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

22.8. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 23084.012620/2014-18

Universidade Federal Rural da Amazônia por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Se no decorrer da **sessão pública da licitação** ou **na execução do objeto** do presente Edital, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a LICITANTE/CONTRATADA, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas nos arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, poderá sofrer as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta ofertada pela LICITANTE DESISTENTE devidamente atualizado, na hipótese de **desistência injustificada, após o ENCERRAMENTO da fase de apresentação das propostas**, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, inclusive de **impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública**, previsto no subitem 22.4 deste Edital;

c) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, na hipótese de **recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou** retirar a Nota de Empenho, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;

d) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, devidamente atualizado, quando for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Edital e/ou no Projeto Básico (Anexo I do Edital);

e) pelo atraso injustificado para o **fornecimento/substituição do objeto**, multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) incidente sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, **a ser cobrada pelo período máximo de 30 (trinta) dias. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a contratação poderá ser anulada e a Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada;**

f) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de anulação da contratação ou cancelamento da Ata de Registro de Preços por culpa da CONTRATADA.

23.2 A multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Universidade Federal Rural da Amazônia.

23.3 O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura ou de crédito existente na Universidade Federal Rural da Amazônia, em favor da CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

23.4 A licitante que, convocada no prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto,

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública**, além de ser descredenciada do SICAF, pelo **prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

23.6. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

23.7. Não será aplicada multa se, **justificada e comprovadamente**, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior.

23.8. A atuação da CONTRATADA no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – **SICAF**, conforme determina o § 2º, do art. 36, da Lei nº 8.666/1993.

23.9. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

24. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

24.1. Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº 8.666/1993.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. É facultada ao Presidente da CPL ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.1.1. A inobservância do prazo fixado pelo Presidente da CPL para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados **insuficientes ou incompletos** ocasionará a **desclassificação da proposta**.

25.2. Fica assegurado à Universidade Federal Rural da Amazônia o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes, na forma da legislação vigente.

25.3. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas e a UFRA não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Universidade Federal Rural da Amazônia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 23084.012620/2014-18

25.7. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua Proposta, durante a realização da sessão pública desta licitação.

25.8. As **licitantes**, após a publicação oficial deste Edital, **ficarão responsáveis** pelo acompanhamento, mediante o acesso ao sítio da UFRA (www.portal.ufra.edu.br/index.php/licitacoes/cel), das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

25.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, o respectivo Projeto Básico (**Anexo I**) e a Minuta da Ata de Registro de Preços (**Anexo XI**).

25.10. O registro do preço em Ata não obrigará a Administração a firmar a contratação que dele poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para o presente objeto, assegurada ao beneficiário do registro a preferência na execução do objeto em igualdade de condições.

25.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal em Belém-PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Belém - PA, 27 de Outubro de 2014.

Carlos Vinicius Oliveira Machado
Presidente da CPL
(original assinado)